

Subtema 1: Processo histórico da participação popular no país: nossa cidade e território em movimento

Prioridades para implementação do SUAS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
<p>1. Fortalecer, ampliar e capacitar, por microrregião do Estado, os profissionais, conselheiros e atores da Política de Assistência Social.</p>	<p>- Fortalecer e ampliar a equipe multidisciplinar na política de assistência social, oferecendo capacitação continuada aos mesmos.</p>	<p>- Capacitar atores envolvidos na política de assistência social com ampla divulgação do sistema de serviços. - Capacitar de forma regionalizada os gestores, conselheiros e entidades sociais, de representação por segmentos.</p>	<p>- Implantar nos Conselhos plano de capacitação continuada envolvendo os conselhos de Assistência Social nas três esferas de governo.</p>
<p>2. Incentivar e fortalecer os movimentos sociais, as comunidades tradicionais e os moradores da área rural e as lideranças comunitárias, ampliando e divulgando nos espaços de participação dos usuários no planejamento e avaliação da Política de Assistência Social.</p>	<p>- Desenvolver atividades que favoreçam aos cidadãos o conhecimento sobre seus direitos e deveres. - Mobilizar e fortalecer as iniciativas populares. - Capacitar lideranças para o trabalho com cooperativas, multiplicando a experiência nos municípios.</p>	<p>- Fortalecer os atores sociais que contribuam para a cobrança da implementação das decisões tomadas nos Conselhos, acompanhando o legislativo e o executivo.</p>	<p>- Investir em um amplo processo de informação, formação, mobilização e capacitação da população sobre seus direitos para apropriação dos espaços coletivos, reivindicando a efetivação dos direitos legalmente constituídos</p>
<p>3. Informar, comunicar e divulgar a Política de Assistência Social, aprimorando o processo de realização das Conferências, através de pré-Conferências de Assistência Social com vistas a garantir a participação da comunidade nas decisões, aprovações e planejamento das ações na área social.</p>	<p>- Realizar pré-conferências nos territórios, com o desencadeamento do processo de preparação, com no mínimo, 4 meses de antecedência, envolvendo efetivamente a rede de serviços do território.</p>	<p>- Capacitar previamente os agentes envolvidos na organização das conferências.</p>	<p>- Elaborar materiais informativos, com linguagem acessível aos usuários, das ações e políticas públicas existentes, como também publicização nos diversos meios de comunicação.</p>

Subtema 2: Trajetória e significado do controle social na política de assistência social: a diretriz constitucional em debate

Prioridades para implementação do SUAS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
1. Instituir junto aos Conselhos de Assistência Social Plano de Monitoramento e Avaliação das ações socioassistenciais.	- Definir através dos Conselhos, indicadores e padrões de qualidade de atendimento aos usuários, possibilitando a conscientização acerca do controle social.	- Definir através dos Conselhos, indicadores e padrões de qualidade de atendimento aos usuários, possibilitando a conscientização acerca do controle social.	- Definir através dos Conselhos, indicadores e padrões de qualidade de atendimento aos usuários, possibilitando a conscientização acerca do controle social.
2. Efetivar a comunicação, ampliação e divulgação entre os Conselhos nas três esferas de governo: CMAS, CEAS e CNAS, viabilizando a transparência das ações.	- Criar mecanismos que assegurem um fluxo permanente de comunicação entre os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional (teleconferências, reuniões ampliadas e descentralizadas).	- Criar mecanismos que assegurem um fluxo permanente de comunicação entre os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional (teleconferências, reuniões ampliadas e descentralizadas).	- Criar mecanismos que assegurem um fluxo permanente de comunicação entre os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional (teleconferências, reuniões ampliadas e descentralizadas).
3. Criar espaços que permitam o acompanhamento e a fiscalização, por parte da população, das deliberações aprovadas nas Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e Nacional, como também ouvidoria em âmbito Estadual vinculada à Secretaria de Assistência Social, para denúncias de irregularidades na gestão da política de Assistência Social, permitindo dessa forma, o efetivo controle social nessas ações.	- Divulgar e orientar a população sobre a existência dos espaços de controle social através de folders informativos, reuniões e meios de comunicação. - Oficializar as propostas das Conferências e as justificativas de implementação, buscando articular as instâncias de participação e controle social com o legislativo. - Criar estratégias para discussão contínua com a comunidade, sobre as deliberações das Conferências e outros temas. - Reforçar através das entidades sociais a importância das atribuições dos usuários nas Conferências, fóruns, palestras, debates e seminários, entendendo estes como espaços de controle social e acompanhamento das deliberações.	- Divulgar e orientar a população sobre a existência dos espaços de controle social através de folders informativos, reuniões e meios de comunicação. - Criar ouvidoria em âmbito Estadual vinculada à Secretaria de Assistência Social para denúncias de irregularidades na gestão da Assistência Social. - Oficializar as propostas das Conferências e as justificativas de implementação, buscando articular as instâncias de participação e controle social com o legislativo.	- Ampliar os espaços de participação da população nas comunidades urbanas e rurais, para debates, discussões, intervenções e decisões sobre a política de Assistência Social e os direitos, incentivando o engajamento nas instâncias de controle, nas Pré-conferências e Conselhos.

Subtema 3: Protagonismo do usuário, o seu lugar político no SUAS: uma construção inadiável

Prioridades para implementação do SUAS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
<p>1. Instigar e garantir o protagonismo e a participação do usuário, nos serviços e programas, bem como na formulação e gestão das políticas sociais, fortalecendo os conselhos e conferências.</p>	<p>Potencializar o protagonismo dos usuários da Política de Assistência Social como sujeitos de direitos , através de ações multidisciplinares, palestras e reuniões, inserindo estes no processo de formulação e gestão de políticas públicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilizar meios de comunicação , como meio informativo e de chamamento para participação popular. - Estabelecer e divulgar o calendário permanente das reuniões ordinárias dos Conselhos de Assistência Social. - Alterar lei de criação do CMAS de modo a ampliar a participação do usuário na composição, para que os mesmos possam acompanhar todo o processo de elaboração do orçamento. 	<p>- Estimular que as entidades mobilizem os usuários para maior participação nas reuniões dos Conselhos.</p> <p>- Alterar lei de criação do CEAS de modo a ampliar a participação do usuário na composição, para que os mesmos possam acompanhar todo o processo de elaboração do orçamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilizar meios de comunicação , como meio informativo e de chamamento para participação popular. 	<p>- Utilizar meios de comunicação , como meio informativo e de chamamento para participação popular.</p>
<p>2. Implementação e implantação de equipamentos CRAS, para atendimento qualificado e efetivação da política de assistência social, aperfeiçoando o atendimento prestado as famílias mediante o acompanhamento, ampliação, orientação e divulgação dos programas e serviços existentes no território, com a finalidade de ampliar os espaços de escuta qualificada garantindo o protagonismo dos usuários.</p>	<p>- Realizar dinâmicas com o objetivo de incentivar e estimular a participação do Cofinanciamento para implantação de no mínimo 1 CRAS em cada município.</p> <p>- Aquisição de um espaço físico adequado para a implantação do CRAS, com equipe técnica qualificada dos usuários</p> <p>- Criar mecanismos concretos e permanentes de escuta e participação nos Conselhos de Assistência Social.</p>	<p>- Ampliar o número de equipamentos referenciados da política de assistência social (CRAS e CREAS).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular a contratação de recursos humanos conforme NOB-RH/SUAS. - Aquisição de um espaço físico adequado para a implantação do CRAS, com equipe técnica qualificada para atendimento dos usuários - Criar mecanismos concretos e permanentes de escuta e participação nos Conselhos de Assistência Social. 	<p>- Ampliar o número de equipamentos referenciados da política de assistência social (CRAS e CREAS).</p> <p>- Estimular a contratação de recursos humanos conforme NOB-RH/SUAS.</p> <p>- Criar mecanismos concretos e permanentes de escuta e participação nos Conselhos de Assistência Social.</p>
<p>3. Desenvolver ações comunitárias e apoiar mobilizações e articulações de usuários e trabalhadores, afim de efetivar o protagonismo.</p>	<p>- Apoiar e incentivar a participação das associações na política pública de assistência social e oferecer suporte para as experiências existentes, através de reuniões periódicas com as comunidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mobilizar trabalhadores e atores da assistência social para capacitação continuada visando seu conhecimento e identificação com as propostas do SUAS, fomentando assim a sua participação. 	<p>- Mobilizar trabalhadores e atores da assistência social para capacitação continuada visando seu conhecimento e identificação com as propostas do SUAS, fomentando assim a sua participação.</p>	<p>- Mobilizar trabalhadores e atores da assistência social para capacitação continuada visando seu conhecimento e identificação com as propostas do SUAS, fomentando assim a sua participação.</p>

Subtema 4: Os Conselhos de Assistência Social e o SUAS: composição, dinâmica, caráter da representação e processo de escolha

Prioridades para implementação do SUAS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
1. Garantir suporte técnico e financeiro para os Conselhos, bem como o efetivo funcionamento das Secretarias Executivas	- Criar mecanismos que garantam a efetivação do suporte técnico e financeiro aos Conselhos - Garantir assessoria técnica para os Conselhos composta por profissionais de Serviço Social, Contabilidade, Direito e áreas afins.	- Criar mecanismos que garantam a efetivação do suporte técnico e financeiro aos Conselhos - Garantir assessoria técnica para os Conselhos composta por profissionais de Serviço Social, Contabilidade, Direito e áreas afins.	- Recomendar ao legislativo federal a produção de mecanismos legais que garantam o efetivo funcionamento dos conselhos, nas três esferas de governo, quanto ao suporte técnico-financeiro
2. Avaliar o formato, composição e modelo de representação dos Conselhos de Assistência Social (nos três níveis de governo), no que tange a dinâmica, funcionamento, eleição/indicação dos conselheiros, representatividade da sociedade civil (dos três segmentos) revisando e adequando as Leis de criação dos Conselhos.	- Criar mecanismos de incentivo e mobilização da sociedade civil para incentivar a participação nos Conselhos	- Orientar as diretrizes para a composição nos Conselhos Municipais de Assistência Social, respeitando as peculiaridades dos municípios de pequeno, médio e grande porte.	- Garantir que as vagas do CNAS da Sociedade Civil, sejam distribuídas de acordo com as regiões do país. - Elaborar parâmetros para o funcionamento dos conselhos - Elaborar parâmetros mínimos para o funcionamento dos conselhos nas três esferas de governo
3. Fomentar formas de articulação dos Conselhos com outros espaços de democratização da política de assistência social e das demais políticas sociais	- Ampliar espaços de debates que dêem visibilidade para as ações desenvolvidas pelos Conselhos	- Articular a ação dos Conselhos com outras instâncias de controle social inclusive, das demais políticas sociais e descentralizar as reuniões dos Conselhos divulgando as decisões de forma que venha a abranger a população em geral	- Desenvolver capacitações permanentes e continuadas para conselheiros, qualificando-os para uma melhor atuação no âmbito dos Conselhos e na articulação com a rede socioassistencial - Incluir no orçamento das três esferas de governo recursos para capacitação de conselheiros

Subtema 5: Bases para garantia do financiamento da assistência social: a justiça tributária que queremos

Prioridades para implementação do SUAS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
1. Financiamento da Política de Assistência Social, definindo percentagem mínima nas três esferas de governo.	Garantia de um percentual mínimo de 5% do orçamento próprio para que a Política de Assistência Social seja efetivada, tendo como base o financiamento progressivo disposto no Plano Decenal.	Garantia de um percentual mínimo de 5% do orçamento próprio para que a Política de Assistência Social seja efetivada, tendo como base o financiamento progressivo disposto no Plano Decenal.	Garantia de vinculação orçamentária para a política da Assistência Social seja efetivada, tendo como base o financiamento progressivo disposto no Plano Decenal.
2. Garantia do co-financiamento estadual para serviços socioassistenciais, contemplando o desenvolvimento de serviços regionalizados e benefícios eventuais .	Regulamentação dos benefícios eventuais, bem como asseguramento dos mesmos nas Leis Orçamentárias Municipais.	Garantir co-financiamento Estadual dos serviços socioassistenciais (contemplando serviços regionalizados) e Benefícios Eventuais que estão regulamentados nas esferas estadual e municipais.	
3. Garantia de que os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) possam co- financiar o pagamento de pessoal do quadro efetivo das equipes de referencias, conforme preconizado na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos- NOB-RH -SUAS.			Utilização dos recursos transferidos pelo FNAS para o pagamento de técnicos conforme preconiza Norma Operacional Básica de Recursos Humanos-NOB-RH. Aprovação do PL 3077/08.

Subtema 6: Democratização da gestão do SUAS: participação e articulação intergovernamental

Prioridades para implementação do SUAS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
1. Garantir a contratação de profissionais para o quadro próprio, nas três esferas de governo, para a consolidação do SUAS	Realização de concurso público para composição das equipes em conformidade com a NOB-RH/SUAS	Contratação de equipe técnica multiprofissional através de concurso público para compor as equipes da sede e dos Escritórios Regionais da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP/PR	Realização de concurso público para composição das equipes em conformidade com a NOB-RH/SUAS
2. Garantir o comando único da estrutura da política de assistência social	Instituir Secretaria Municipal de Assistência Social	Instituir Secretaria Estadual de Assistência Social	Instituir Ministério de Assistência Social
3. Garantir a qualidade na prestação de serviços e o acesso as informações do SUAS aos profissionais e usuários	Capacitar gestores, trabalhadores e usuários sobre o SUAS com cofinanciamento nas três esferas de governo.	Capacitar gestores, trabalhadores e usuários sobre o SUAS com cofinanciamento estadual e federal	Capacitar gestores, trabalhadores e usuários sobre o SUAS com o cofinanciamento federal

Subtema 7: Entidades de assistência social e o vínculo SUAS: controle social, participação popular e gestão interna

Prioridades para implementação do SUAS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
1. Articular a rede, os serviços, programas e projetos da política de assistência social, priorizando trabalhos que fortaleçam o protagonismo e a autonomia dos usuários das áreas urbanas, rurais, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, entre outras.	Efetivar o SUAS dando transparência a rede	Efetivar o SUAS dando transparência a rede	Assessorar os municípios e estados na adequação dos serviços conforme a tipificação
2. Realizar diagnóstico ampliado capaz de identificar, sistematizar e produzir indicadores territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, e a disposição da rede prestadora de serviços por território	Criar mecanismos de elaboração e mapeamento da rede socioassistencial, com cofinanciamento das três esferas de governo	Criar mecanismos de elaboração e mapeamento da rede socioassistencial, com cofinanciamento estadual e federal	Criar mecanismos de elaboração e mapeamento da rede socioassistencial, com cofinanciamento federal
3. Definir parâmetros de atendimento, qualidade e continuidade dos serviços de assistência social prestados pelas entidades	- Adequar os serviços oferecidos pelas entidades de assistência social à política nacional, estabelecendo padrões de qualidade - Fortalecer os espaços de discussão da política de assistência social no âmbito do SUAS, articulando trabalhadores do setor, usuários e prestadores de serviços - Capacitar, continuamente, os trabalhadores das entidades prestadoras de serviços socioassistenciais	- Adequar os serviços oferecidos pelas entidades de assistência social à política nacional, estabelecendo padrões de qualidade - Fortalecer os espaços de discussão da política de assistência social no âmbito do SUAS, articulando trabalhadores do setor, usuários e prestadores de serviços - Capacitar, continuamente, os trabalhadores das entidades prestadoras de serviços socioassistenciais	Assessorar os municípios e estados, e cofinanciar as ações adequando à política nacional de assistência social

Subtema 8: O trabalhador do SUAS e o protagonismo dos usuários: bases para uma atuação democrática e participativa

Prioridades para implementação do SUAS	RESULTADOS ESPERADOS Município	RESULTADOS ESPERADOS Estado	RESULTADOS ESPERADOS União
1. Ampliar capacitações regionais e municipais de forma permanente aos conselheiros, trabalhadores e gestores municipais e ao segmento usuários da política de assistência social.	Mobilizar todos os trabalhadores e atores da assistência social para capacitação e atualização profissional continuadas visando seu conhecimento e identificação com propostas do SUAS pela efetivação da NOB/RH/SUAS.	Efetivação do Plano Estadual de Capacitação de forma descentralizada, com o co-financiamento estadual. Promover capacitações regionais e municipais de forma permanente aos trabalhadores, gestores e usuários que fomentem o protagonismo do usuário junto a Política de Assistência Social.	Co-financiamento da união.
2. Garantir atendimento de qualidade e acesso dos usuários aos direitos socioassistenciais	Garantir a intersetorialidade com profissionais de outras áreas, Organização sindical dos/as trabalhadores/as, criar ouvidoria para denúncias e sugestões na área da Assistência Social.	- capacitação continuada supervisão técnica	
3. Reconhecimento do trabalhador da assistência social como agente público viabilizador dos direitos da população. Garantindo um quadro efetivo de trabalhadores nas três esferas de governo.	Realizar e efetivar concursos públicos, garantindo a construção de PCCS conforme NOBSUAS e NOB;RH, com a instalação imediata de mesas de negociação.	Realizar e efetivar concursos públicos, garantindo a construção de PCCS conforme NOBSUAS e NOB;RH, com a instalação imediata de mesas de negociação.	Realizar e efetivar concursos publicos, garantindo a construção de PCCS conforme NOBSUAS e NOB;RH, com a